

*Dedicamos a publicação deste folheto ao
geólogo e companheiro de luta,
Marcelo Guimarães, considerado por alguns
como o Guimarães Rosa da biomassa.
Grande batalhador pela criação de um
projeto de biomassa energética que mantivesse
a soberania brasileira, e participante ativo da
“Campanha a Agroenergia é Nossa!”*



*O geólogo, Marcelo Guimarães,
na sua micro-usina de álcool
em Mateus Leme (MG)*

Índice

Introdução

A importância estratégica da energia renovável, o papel do Estado e da agricultura familiar na construção de um modelo econômico soberano e libertador <i>(Diretoria da TV Cidade Livre)</i>	5
Campanha Popular “A agroenergia é nossa!” Pela criação de uma EMPRESA BRASILEIRA DE AGROENERGIA, a exemplo da memorável campanha “O petróleo é nosso”	17
A Empresa de Agroenergias (EBA) e a Segurança Alimentar <i>(Bautista Vidal)</i>	33
Energia versus alimentos <i>(Adriano Benayon)</i>	40
Do carnaval ao imenso canavial <i>(Frei Betto)</i>	45
Antídoto ao novo dependentismo <i>(Márcio Pochmann)</i>	48
Os Dilemas e as Contradições dos Agrocombustíveis <i>(Frei Sérgio Görger)</i>	51
Homenagem a Marcelo Guimarães <i>(Mário Drumond)</i>	59

Introdução

A importância estratégica da energia renovável, o papel do estado e da agricultura familiar na construção de um modelo econômico soberano e libertador

Aos trancos e barrancos, a discussão e as iniciativas concretas para que o Brasil assuma a energia renovável, os biocombustíveis, como uma ferramenta de transformação sócio-econômica – como também tecnológica, ambiental e até cultural – vêm avançando muito mais pelo empenho com que o presidente Lula corporificou esta causa, do que de fato como um planejamento do governo ou como expressão de uma posição política consciente seja dos partidos políticos, do movimento sindical ou do mundo acadêmico-científico. Esta falta de planejamento e de uma ação de Estado mais ordenada permite ao capital externo tomar iniciativas e criar situações de fato, com possibilidades de graves riscos para a soberania brasileira.

Um prova disto é o vertiginoso processo de desnacionalização fundiária que está em curso no Brasil praticamente sem controle por parte do Estado brasileiro. Empresas transnacionais de várias partes do mundo adotaram uma política de comprar enormes extensões de terras em nosso território exclusivamente para a produção de biocombustíveis. A decisão revela uma estratégia do grande capital internacional face às dificuldades e limitações crescentes na economia petroleira, sua instabilidade, sua tendência ao declínio, os conflitos geo-políticos que ela envolve. Mas, revela também, que estas transnacionais não seguem o seu próprio discurso crítico aos biocombustíveis e por meio de ações

concretas, prepara-se para ter o controle desta nova matriz energética, tal como teve do petróleo por mais de século. O fato deve servir como alerta máximo ao governo, pois estão adquirindo até mesmo fundos financeiros dos EUA – um deles dirigido pelo ex-presidente da Petrobrás(X) Phillipp Reischtull – sem qualquer controle, grandes extensões territoriais no centro-oeste brasileiro, muito embora estejam envolvidos na crise financeira que explodiu em Wall Street, o que sinaliza uma possibilidade real de trazer para esta nova economia energética e para a economia brasileira a instabilidade em que estão metidos, por suas características especulativas. Hoje, estão comprando faixas do território nacional, usando moeda, sem confiabilidade e emitida sem lastro. Ou seja, se por um lado o presidente Lula posiciona-se corretamente pelo reaparelhamento da Marinha, para que tenha capacidade real de proteger o petróleo pré-sal de «espertinhos», como ele mesmo disse, por outro lado, no caso da terra, há uma inexplicável permissividade para a internacionalização de uma fonte produtiva de energia renovável que será o grande fator de poder mundial muito em breve. São duas posições contraditórias.

Desnacionalização da terra é operação de guerra

Esta verdadeira operação de guerra do grande capital estrangeiro para assumir o controle da energia do futuro deve ser enfrentada com a importância e com o caráter estratégico nela contida. Além do mais, estas operações, que encontram do lado brasileiro uma regulamentação frouxa, praticamente inexistente, configurando-se numa situação em que o próprio discurso do presidente Lula é confrontado pela ausência de regulamentação capaz de preservar os interesses brasileiros para que as vantagens comparativas que o Brasil possui em matéria de energia renovável sejam de fato usadas para garantir a libertação definitiva brasileira da dependência do petróleo, seja por seu caráter finito, seja por sua pesada dívida ambiental e seus enormes fatores de instabilidade política. Ou seja, paradoxalmente, a posição

assumida pelo Lula perante o mundo inteiro, na defesa veemente, sensata e necessária da energia renovável como fator de transformação social, enfrenta, com argumentos lúcidos e inteligentes, uma campanha hipócrita contra os biocombustíveis, acusados pelos representantes das grandes transnacionais alimentícias e de produtos agrícolas de prejudicar a produção alimentar, quando, na verdade, são estes conglomerados os verdadeiros causadores e responsáveis pela criminoso fome que ainda grassa no mundo, cuja origem é rigorosamente política, como revelou ao mundo o genial brasileiro Josué de Castro em seu clássico «A geografia da fome».

Esta publicação que agora colocamos à disposição do público é na verdade uma convocação aos partidos, aos sindicatos, aos movimentos sociais, aos militares nacionalistas e patriotas, aos cientistas, para que seja dada a devida importância ao posicionamento internacional que o presidente Lula vem emitindo, praticamente em campanha pública mundial, em defesa dos biocombustíveis. Esta publicação é fruto da Campanha «A agroenergia é nossa» que a TV Cidade Livre, o Canal Comunitário de Brasília, trazendo textos intelectuais, militantes e pensadores, como o Prof. Bautista Vidal, sobre a necessidade de ações do Estado e outro do economista Adriano Benayon, desmistificando a tese das multinacionais que responsabilizam os biocombustíveis pela crise alimentar. Republicamos ainda um texto do Prof. Márcio Pochmann defendendo a necessidade de uma empresa pública de biocombustíveis frente à pressão internacionalizadora e também outro texto de Frei Sérgio Görden analisando a biomassa como instrumento para a soberania alimentar e para a luta da reforma agrária. A campanha feita pela TV Cidade Livre conta ainda com a participação de especialistas como os agrônomos Flávio Garcia e Manoel Bomfim, além de entidades e movimentos como a Biobrasil, o Movimento dos Pequenos Agricultores, e também de jornalistas, sindicalistas e militantes ecologistas. Ao final, publicamos também um artigo-homenagem de Mário Drumond sobre a obra de Marcello Gui-

marães um dos desbravadores desta nova matriz energética que na verdade se constitui numa ferramenta para se construir uma outra civilização baseada numa agricultura livre da petro-dependência e da concentração latifundiária. Ao nosso querido Marcello Guimarães, falecido em agosto passado, um dos pioneiros da biomassa transformadora e democrática, nossa homenagem e compromisso de seguir nesta causa que enfrenta tantos obstáculos poderosos, entre eles a manipulação informativa da mídia controlada pela tirania vídeo-financeira e petroleira.

Retirar os entulhos legais

Quando insistimos na necessidade de organizar e aprofundar o debate aberto e já ampliado pelo esforço direto do presidente Lula em suas andanças pelo mundo, queremos também alertar para problemas não enfrentados e para situações contrárias ao desenvolvimento da energia renovável em nosso país por clara inconsciência de vastas áreas do governo, o que limita o alcance do que vem sendo proposto pelo presidente.

Para exemplificar: após inúmeras denúncias e advertências veiculadas em nossa Campanha «A agroenergia é nossa», mas também por vários lutadores sociais e pensadores nacionalistas e progressistas sobre a grave internacionalização descontrolada do nosso território, o governo reagiu propondo a realização de um levantamento detalhado sobre a presença do capital externo no campo. Segundo informado, o levantamento serviria de base para a adoção por meio de leis e decretos de mecanismos de proteção e controle contra esta internacionalização. O Incra, a AGU e o Ministério da Defesa estariam encarregados desta tarefa. Meses depois, ainda não há uma informação clara, nem mesmo sobre a conclusão deste levantamento, nem sobre a adoção de uma legislação protetora de nosso território para que a energia renovável, ao invés de ser nossa libertação e redenção, não seja transformada em mais uma forma de exploração de nosso povo e nossos recursos por potências internacionais. É preciso que o

governo dê uma resposta contundente quanto a isto o mais rápido possível, protegendo as fontes de energia renovável, tal como é hoje a tendência em todo o mundo, onde as nacionalizações das fontes energéticas repetem-se em vários lados, seja na Rússia, na Venezuela, na Bolívia, no Equador, no Irã.

Outro elemento que revela falta de sintonia das várias áreas de governo com o discurso do próprio Presidente Lula é que até hoje permanecem intactos os vários entulhos que dificultam de fato a que a energia renovável, sobretudo a agroenergia, possa ser um fator concreto de produção pelo pequeno produtor rural, pelas cooperativas de trabalhadores e pelos assentamentos da reforma agrária. Para exemplificar, citamos que no Programa Nacional de Biodiesel existe uma descabida exigência de capital mínimo de 500 mil reais para que o produtor possa participar do referido programa. Ora, esta diretriz é excludente, é injusta e contraria o discurso em que o presidente Lula convoca a agricultura familiar e os camponeses a apoiar a causa dos biocombustíveis. A mesma exclusão aos pequenos produtores está presente no Programa Nacional do Alcool, dada a exigência, indefensável, de um capital mínimo de 1 milhão de reais para participação no programa estatal.

O papel do PT e da CUT

Tais entulhos, que dificultam sobremaneira o desenvolvimento rápido, decorrem, provavelmente, da maneira pouco atenta que partidos e centrais sindicais encararam até o momento a questão da energia renovável. Basta lembrar que apenas muito tempo depois em que o presidente Lula saiu pelo mundo levantando a bandeira da energia renovável, o Partido dos Trabalhadores, em seu último Congresso, aprovou uma moção favorável à constituição de uma Empresa Brasileira de Agroenergia, de caráter público. A decisão política do PT não foi acompanhada até agora de ações políticas que levassem o partido a preparar sua militância para esta nova causa de desenvolvimento inde-

pendente e soberano do Brasil, conforme a moção aprovada. Enquanto isto, o presidente Lula e o governo brasileiro receberam críticas incorretas de todo lado, uma verdadeira campanha internacional se criou contra a posição brasileira, e o PT e os movimentos sindical e social, ficaram muito pouco ativos no processo.

Meses após a moção em favor da Empresa Brasileira de Agroenergia aprovada pelo Congresso do PT uma plenária da CUT aprovou um documento de sustentação da energia renovável, inclusive propondo medidas legislativas, de regulamentação e de apoio à agroenergia para o desenvolvimento da energia renovável com repercussões sociais positivas, inclusive favorecendo o processo de desconcentração da estrutura fundiária. No entanto, apesar de positivo, o documento da CUT ignora por completo a necessidade de uma empresa de caráter público para fazer este enfrentamento já em curso, quando uma fonte inesgotável de energia do futuro corre o risco de cair em mãos do capital internacional e das potências imperialistas.

Torna-se, portanto, urgente que a questão seja discutida por uma conferência nacional popular sobre energia renovável, a ser convocada pelo governo federal, com a participação dos partidos, das centrais sindicais, dos movimentos sociais, dos movimentos dos trabalhadores rurais que lutam pela reforma agrária, tanto o MST como o MPA e a CONTAG, de tal forma a estruturar uma aliança entre Governo com base nos sindicatos e nos movimentos sociais. Esta conferência deve convocar também a participação dos intelectuais e cientistas, do mundo acadêmico, dos centros tecnológicos, dos militares que também estão realizando pesquisas com energias renováveis, já que elas representam também uma questão estratégica de defesa e de soberania.

O papel do Estado

Tal como agora observamos que a desregulamentação, a demolição do Estado e de suas funções reguladoras permitiram as condições para esta crise financeira que tem epicentro nos EUA, mas com ramificações para os países mais dependentes destes verdadeiros cassinos financeiros, vai ficando clara também a necessidade de que o Estado seja fortalecido em sua capacidade de regulamentação, na concentração dos recursos financeiros, impedindo a especulação, a fraude e a economia fictícia. No campo energético, que está também completamente entrelaçado com o núcleo financeiro, também se faz necessária uma forte presença do Estado, fundamentalmente através de uma Empresa Pública de Energia Renovável. Só com uma ferramenta deste porte e capacidade de organização e regulamentação nas mãos, o povo brasileiro poderá ter certeza de que a energia renovável será de fato um fator de sua redenção econômica, tal como o presidente Lula já afirmou em relação ao petróleo da camada pré-sal, ao dizer que «o petróleo é do povo brasileiro não de meia dúzia de multinacionais», e que «a Petrobrás é do Brasil e não o Brasil da Petrobrás», numa referência aos fatores fora de controle nacional que operam no interior da estatal petroleira, sobretudo a partir da imensa desnacionalização de suas ações por obra anti-nacional do governo Fernando Henrique Cardoso.

É verdade que o Governo Lula tenta adotar medidas que favoreçam o desenvolvimento da energia renovável, inclusive ao criar a Petrobrás Combustíveis demonstrou por um lado a existência de alas e correntes conscientes de uma maior intervenção do Estado para o equacionamento adequado da questão em sintonia com os interesses nacionais. Por outro lado, ao criar esta empresa estatal, porém submetida à Petrobrás, que sempre foi resistente através de sua burocracia e de seus quadros técnicos à energia renovável, o governo acaba por ceder a pressões também dos acionistas da petroleira, que em boa medida refletem os interesses do capital externo sempre contrário a que o Brasil

possa ter qualquer desenvolvimento energético independente, especialmente se for uma matriz energética que possa colocar o país numa posição de vanguarda como produtor e também pólo de uma nova tecnologia. O capital externo sabe do potencial contido na alcoolquímica a partir da biomassa, renovável, biodegradável, mais produtiva, capaz de liberar a agricultura da petro-dependência. Tudo isto indica que a condições políticas permitem, com a participação dos movimentos sindical e social, do movimento estudantil, dos intelectuais e cientistas, dos militares progressistas e dos partidos de esquerda dar sustentação a um programa popular de desenvolvimento e aplicação da energia renovável, com alcances sócio-econômicos gigantescos, especialmente no fortalecimento da agricultura familiar e da produção na forma da policultura. Mas, para isto deve haver uma ferramenta do Estado, uma empresa pública, um conjunto de leis. Sem isto, esta nova matriz energética será desenvolvida sob o controle do capital externo, na forma de monocultura, de oligopólios, concentrando ainda mais a propriedade da terra, esmagando a agricultura familiar e o campesinato como um todo, além de destruir o meio-ambiente e rapinar uma riqueza nacional ilimitada.

Vargas: um defensor do álcool combustível a partir do Estado

Sobre tudo isto, devemos retirar lições da história. Quando havia total dependência brasileira do petróleo e seus derivados externos, o presidente Getúlio Vargas empreendeu forte esforço nacionalista para desenvolver o álcool combustível e livrar o Brasil daquela dependência, agravada sobremaneira durante a Segunda Guerra. Vargas criou decretos que obrigavam o uso do álcool combustível misturado à gasolina inicialmente a 5 por cento. Criou mecanismos de Estado para a expansão da produção do álcool, fortaleceu e apoiou os centros de pesquisa públicos para o novo combustível, com descontos para o transporte do álcool e estímulos para a ampliação da produção. Mais tarde

montou o Instituto do Açúcar e do Alcool, criando grandes reservatórios estatais, formou estoques reguladores (hoje inexistentes) que possibilitaram o controle do preço do produto. E também criou uma frota nacional distribuidora, com trens, caminhões e navios, chegando mesmo a desenvolver o trem a álcool. Tudo isto a partir do Estado, salvando o país da crise dada a vertiginosa queda do açúcar no mercado internacional. A produção do açúcar foi convertida para o álcool, com um forte componente nacionalizador, com ampla presença estatal reguladora, retirando o Brasil da perigosa e instável dependência dos trustes petrolíferos internacionais.

Além disso, Vargas deu forte impulso à produção estatal do álcool da mandioca, instalando usinas produtoras em Minas Gerais, criando uma rede de bombas de abastecimento, gerando empregos em larga escala. Através do Estado, Vargas estimulou o desenvolvimento tecnológico dos motores para o combustível vegetal, o IAA (presidido pelo saudoso Barbosa Lima Sobrinho), chegou até a fazer a regulagem de motores gratuitamente. Esta expansão produtiva da energia renovável em Vargas era acompanhada com a implantação de direitos sociais, regulamentação também na área dos direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que se constituía o Conselho Nacional do Petróleo e as medidas nacionalistas nesta área do petróleo que mais tarde resultaram na criação da Petrobrás. Ou seja, Vargas atuou nas duas áreas, petróleo e energia renovável, configurando em ambas uma visão estratégica para assentar as bases de um desenvolvimento brasileiro independente e soberano frente aos interesses internacionais contra o que sempre esteve em posição de luta.

Não por acaso, as transnacionais petrolíferas foram mais tarde operadoras do golpe que levou Vargas ao suicídio, entre elas a norte-americana Standard Oil, com o apoio dos entreguistas nativos. Estes, ainda hoje, continuam contrários à nacionalização das fontes energéticas, continuam dispostos a transformar um Brasil numa *plantation* das transnacionais e apenas com a criação de instrumentos estatais eficientes, entre eles a Empresa

Pública de Energia Renovável, poderá o povo brasileiro vencer mais esta luta, evitando tantos revezes sofridos no passado. Toda esta notável experiência da Era Vargas foi demolida pela era da privatária, a mesma que privatizou as telecomunicações, a Embratel, a Vale do Rio Doce e extinguiu o IAA.

Convocar uma Conferência Nacional de Energia Renovável

É preciso organizar uma discussão mais ampla e uma campanha nacional por esta empresa estatal da energia verde com um instrumento capaz de oferecer garantias de que a agricultura familiar não será esmagada na produção do biocombustível. As razões para a indispensável criação de uma empresa pública estão mais desenvolvidas nos vários textos contidos nesta publicação. O que vale lembrar agora é que apesar de lenta e tímida a reação do PT e da CUT em favor da convocatória da energia renovável feita pelo presidente Lula, estes são indicadores de que há condições para que uma Campanha Popular de peso, a exemplo do que foi no passado a Campanha «O petróleo é nosso», seja organizada urgentemente, inclusive para responder à grande cobiça internacional que inevitavelmente se ampliará em relação às imensas condições que o Brasil dispõe para ser um grande produtor de energia renovável e para que isto seja fator de prosperidade para o seu povo, a depender da forma com se organize esta nova economia energética.

Convocamos o PT, a CUT, os movimentos sociais, ao mundo acadêmico a organizar fóruns de debates, documentos, campanhas, inclusive para evitar a confusão que se alastra em alguns setores como no movimento ecológico e em alguns segmentos dos movimentos sociais que se posicionam contrariamente ao biocombustível e à criação de uma empresa pública de energia renovável. Curioso é que são segmentos favoráveis à reestatização da Vale do Rio Doce, criada na Era Vargas, e à renacionalização da Petrobrás, mas que, contraditoriamente, rejeitam a empresa

estatal na energia verde, com o que, involuntariamente, admitem ou favorecem que a nova matriz energética seja apropriada pelas transnacionais, inclusive pelas transnacionais de sementes transgênicas, que estes setores também combatem. A matriz energética não é um mal em si, tudo dependente do regime social que controle este novo desenvolvimento produtivo e tecnológico. Com a presença do Estado criam-se as condições para uma exploração planejada, com zoneamento ecológico, com a introdução de tecnologias e modos de produção sustentáveis, com a regulamentação e respeito aos direitos dos trabalhadores deste setor. Sem a presença do Estado, muito mais fácil será para o trabalho escravo e aviltante, para a insalubridade, e também para a expansão da monocultura em detrimento da biodiversidade. É preciso reivindicar mais presença do Estado, mais poder público nestas áreas, mais regulamentação do trabalho.

Finalizando, sugerimos ao presidente Lula e ao seu governo que incorpore cada vez mais em suas andanças pelo mundo, nos fóruns de debates internacionais, representantes da agricultura familiar, de movimentos sociais e de trabalhadores que já estejam envolvidos na produção de energia renovável para que com o seu depoimento, o seu exemplo concreto, seus argumentos a partir do que vivenciam na produção, abram o debate nos demais países com os sindicatos e movimentos sociais, inclusive na linha de uma integração produtiva da energia renovável, intercambiando experiências, conhecimentos tecnológicos e discutindo alternativas reais para que os países se organizem para se libertar da tirania petroleira que impõe golpes de estado, guerras, degradação ambiental, miséria e dependência tecnológica. Saudamos a realização desta conferência internacional e nos comprometemos a fazer com que seus debates se desdobrem pelos movimentos sociais, pelas tvs comunitárias, pelos sindicatos e pelos partidos progressistas de modo que a energia renovável, através de uma empresa pública específica, seja um fator de transformação social profunda no campo e na cidade, gerando emprego aos milhões, reordenando planejadamente

a ocupação do território brasileiro conforme os interesses nacionais e evitando o processo de inchaço caótico das grandes cidades com suas terríveis repercussões sócio-ambientais.

A crise do sistema financeiro capitalista pode ser aproveitada com independência e soberania para a opção por outro modelo de desenvolvimento sócio-econômico, baseado em nossas economias reais, sem depender de financiamentos externos. É exatamente aí que a energia renovável pode ser uma alavanca poderosa para criar milhões e milhões de empregos, através do fortalecimento de milhares de pequenas unidades produtivas de alimentos e de energia combinadamente, promovendo o desenvolvimento regional descentralizado. Milhares de pequenas propriedades ou de assentamentos da reforma agrária ou de cooperativas de agricultores podem ser estruturados e apoiados de modo planejado, por uma Empresa Pública de Energia Renovável, expandindo o mercado interno e dando início a uma grande transformação também de caráter produtivo e tecnológico com a álcoolquímica, com uma indústria de plásticos, resinas e fertilizantes biodegradáveis, sinalizando ao mundo um caminho viável para enfrentar a grande mazela da fome, do desemprego e da degradação ambiental, simultaneamente, preparando condições para transformações socialistas.

Diretoria da TV CIDADE LIVRE,

O Canal Comunitário de Brasília

Novembro de 2008

Campanha Popular

“A agroenergia é nossa!”

**Pela criação de uma
EMPRESA BRASILEIRA DE
AGROENERGIA,
a exemplo da memorável campanha
“O petróleo é nosso”,
que resultou na histórica criação da
Petrobrás.**

1) O Brasil tem urgência de construir um instrumento capaz de fazer de seu amplo potencial de produção de agroenergia renovável um fator de libertação, emancipação do povo brasileiro e justiça social – uma EMPRESA BRASILEIRA DE AGROENERGIA.

2) Se não se tomar esta decisão estratégica e inadiável, a ocupação do território brasileiro por corporações e capitalistas estrangeiros para a produção de energia renovável, seguramente se transformará em ruinoso aumento da dependência, em mais perda de soberania e na dominação do nosso povo, com consequências dramáticas e imprevisíveis, a julgar pelo que hoje acontece no Iraque.

Aprender com a história

3) As lições da história devem estar vivamente presentes na mente dos brasileiros: quando o Presidente Getúlio Vargas percebeu o assédio dos países imperialistas sobre as nossas fontes energéticas e minerais, na década de 30, tomou medidas indispensáveis para a defesa dos interesses nacionais, nacionalizando o subsolo e, mais tarde, criando a Petrobrás. A conspiração das forças imperialistas e de seus representantes internos levou à derrubada de Vargas em 1945 e, novamente em 1954, levando-o ao suicídio em 1954. Essas forças jamais aceitaram os atos soberanos e independentes do presidente brasileiro. Hoje, há idêntico assédio sobre as fontes de energia renováveis. A terra, a biomassa, a água e as usinas de álcool em pleno funcionamento estão sendo apropriadas por corporações estrangeiras, o que obriga o governo e o povo brasileiro a uma posição à altura dos riscos sinistros que cercam a Nação, sob o silêncio e a desinformação cúmplice da mídia teleguiada pelos poderes externos. A estratégia usada tem sido controlar a distribuição e manter os produtores nacionais – pequenos produtores – esmagados. Para isso, os norte-americanos já criaram quatro empresas de âmbito mundial, com sede nos EUA, e uma Câmara de Comércio de Energia Renovável, sob a presidência de Jeb Bush, irmão do presidente Bush, sendo representante do Brasil Roberto Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura. Rodrigues representa a FIESP e é ligado à multinacional norte-americana Monsanto e ao agronegócio estrangeiro, inimigos do pequeno produtor nacional. Ou seja, enquanto o Império monta seus instrumentos, no Brasil foi demolida a Secretaria de Tecnologia Industrial, que implantou o PRÓ-ÁLCOOL.

4) Enormes extensões de terra estão sendo desnacionalizadas, passando ao controle de grupos poderosos comandados por bilionários como Bill Gates e George Soros; as maiores usinas de álcool do País estão sendo compradas pela Mitsubishi, pelo Re-

verendo Moon e por bancos franceses e fundos de investimentos dos EUA, sob a direção do ex-presidente da Petrobrás, Phillip Reichstuhel – sob cuja administração foi quebrado o monopólio estatal do petróleo e alienada a maior parte das ações da Petrobrás na Bolsa de Nova York. Jamais a exportação de matéria-prima promoveu a prosperidade dos produtores, bastando lembrar que a gigantesca exportação do ouro, no Brasil Colônia, deixou aqui imensa pobreza. O mesmo vem acontecendo com a soja, da qual o Brasil é o maior exportador mundial, embora o controle pertença a cinco corporações norte-americanas, que dominam 85% dessas exportações e mantêm os produtores nacionais em condições precárias.

5) O Brasil precisa assumir agora o controle nacional e soberano sobre a produção e a distribuição das energias renováveis – únicas capazes de resolver o futuro energético mundial com o colapso do petróleo. Só poderá fazê-lo por meio de ação de Estado. Do contrário, a continuidade do processo de desnacionalização conduzirá à ocupação do nosso território por interesses imperiais vinculados à indústria bélica e ao Pentágono norte-americano, pois a questão energética é, para os EUA, uma questão militar! O Congresso está em dívida com a Nação brasileira e assim permanecerá, enquanto não aprovar lei que garanta a soberania nacional sobre o território, revogando o *entulho entreguista* irresponsável da “Era FHC”, sobre quem devem pesar as punições do Código Penal Militar, que veda a desnacionalização em questões de soberania nacional, como território, energia e água.

6) Assim, do mesmo modo que, na Era Vargas, as forças populares, os sindicatos, os estudantes, as donas-de-casa, os militares nacionalistas saíram às ruas, em aliança com o governo, para lançar a memorável *Campanha Popular “O petróleo é nosso!”*, o Brasil está hoje diante de desafio histórico de semelhante envergadura, envolvendo o futuro suprimento energético mundial. Ou lançamos a campanha *“A agroenergia é nossa”*, patrimônio

para a libertação e para a melhora das condições de vida do povo brasileiro, ou teremos a dominação dos brasileiros com a ampliação da rapina sobre nossas riquezas naturais. Isso já ocorre, por exemplo, com o alumínio, o nióbio, o urânio, o ferro, o silício, o quartzo, a tantalita, a cassiterita, exportados a preços vis!

7) Vargas enfrentou o poder do império e fez com que o Estado assumisse soberanamente o controle sobre o petróleo, o carvão, a siderurgia. Seu exemplo é referência para o processo de nacionalização em marcha na América Latina: Venezuela, Bolívia e Equador. O Brasil não pode fechar os olhos às lições de sua própria história frente à ocupação estrangeira, a invasão por meio dos dólares, por enquanto sem agressão militar!

8) A guerra no Oriente Médio, que analistas credenciados prevêem poder transformar-se em conflito global, é uma guerra de domínio da energia que o *II Fórum Mundial de Energias Renováveis* (Bonn, 2005) classifica de “energia do passado”. As energias do futuro, segundo documento do mesmo Fórum, estão nas regiões tropicais com água, são de origem vegetal e implicam o domínio de extensas terras férteis. O Brasil, único continente dos trópicos, com imensa fronteira agrícola, está sendo submetido a acelerado processo de transferência de controle de seu território para corporações e grupos externos. As concessões em favor de grupos suspeitos, como as recentes na região amazônica, são sinais de como está sendo introduzida em nosso território a guerra das potências militarmente hegemônicas, com o objetivo de se apoderar das terras vinculadas à “energia do futuro”. Todos querem um quinhão do nosso território, privilegiado do ponto de vista energético, mineral e de água.

Estado e prioridade social da agroenergia

9) A criação de uma EMPRESA BRASILEIRA DE AGROENERGIA (EBA) é a alavanca indispensável para viabilizar

a nacionalização da energia renovável. Só com um instrumento de Estado pode-se sustentar a *implantação de 2 milhões de micro-usinas de álcool e de processamento de oleaginosas em pequenas propriedades de agricultura familiar e em assentamentos de brasileiros*, que querem e necessitam trabalhar em benefício de nosso povo. Caso contrário, sob a hegemonia do latifúndio e do dinheiro externo, sem o controle do Estado, a produção de energia renovável não será submetida a políticas públicas traçadas com a participação de amplas camadas de produtores rurais. Esses estão hoje em fase pré-falimentar, e os inviabilizados assentamentos rurais ou de sem-terras, aguardam, em posição de luta, a *desobstrução do programa da reforma agrária*. Ao mesmo tempo, desperdiça-se o potencial da nossa extraordinária vocação de supridor mundial de energias renováveis e limpas, enquanto a humanidade caminha para o colapso econômico, por causa do fim das reservas de petróleo, objeto de invasões militares. As extraordinárias vantagens comparativas da natureza e do domínio de tecnologias para produzir biomassa tornam este País um território ambicionado por todos.

10) A EMPRESA BRASILEIRA DE AGROENERGIA, sob controle majoritário do Estado, teria como função planejar e executar a política de energia renovável. Sua meta inicial seria a conversão do padrão energético dos fosséis (petróleo, carvão mineral e seus derivados) para os combustíveis vegetais renováveis, criando a nova civilização da fotossíntese. Esta possibilita o futuro da humanidade num caminho possível e sustentável, de paz mundial. Todo o mundo deposita esperanças na liderança do Brasil nesse magnífico empreendimento de peso global.

11) É correta a decisão do governo Lula em transformar a energia renovável em saída estratégica para o Brasil, e até mesmo para a redução do aquecimento climático global, a contaminação das terras e das águas. Para uma transformação de tal envergadura são necessários instrumentos de Estado, tal como fez Getúlio Vargas que criou a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Com-

panhia Siderúrgica Nacional, a Frota Naval Petroleira e o Instituto do Açúcar e do Alcool. Não se pode deixar uma questão tão essencial ao arbítrio do mercado, controlado por cartéis, manipulado por interesses estrangeiros imperiais, que têm lançado mão de todo tipo de expedientes para impedir o nosso desenvolvimento e a nossa emancipação, benéfica para a paz mundial e para o desenvolvimento autônomo dos povos.

12) Através da EMPRESA BRASILEIRA DE AGROENERGIA (EBA) o Brasil poderá estabelecer *uma política de estoques reguladores de álcool* e outros combustíveis vegetais, necessária para que os preços não sejam artificialmente manipulados, como hoje ocorre por tarifas odiosas que impedem a livre concorrência. Um conjunto de leis deverá ser implantado – também tomando o exemplo de Vargas – para garantir direitos aos trabalhadores canavieiros e dos demais. É urgente uma legislação adequada aos novos tempos, que proteja os trabalhadores, de forma compatível com a dignidade humana.

Agroenergia e soberania alimentar

13) Também deve ser função desta Empresa o desenvolvimento tecnológico para a exploração dos vários combustíveis, hoje sem um conhecimento sistematizado. Não se têm aplicado recursos proporcionais à importância estratégica do setor, como denunciou o Fórum Mundial. De fato, o mundo aproxima-se dos colapsos energético e ambiental, superáveis pelas energias renováveis e limpas dos trópicos. Além disso, a EBA se encarregará da aplicação de estímulos produtivos à agricultura familiar e assentamentos, instituindo isenção fiscal pelo cumprimento de uma *cota-alimentação*, (produção alimentícia mínima, conforme extensão e vocação das terras). Desse modo, a produção de agroenergia e de alimentos tornam-se complementares, ao invés de excludentes, o que ocorrerá fatalmente, se o controle

da produção continuar exclusivamente nas mãos da oligarquia aliada aos capitais estrangeiros espoliativos. O sistema de cotas-alimentação deve ser combinado com *um modelo de compras diretas e antecipadas*, como o praticado pela CONAB. Além disso, compras, pela Petrobrás, de cota de álcool da EMPRESA BRASILEIRA DE AGROENERGIA, justificada por *garantir o cumprimento da dimensão social do programa de energia renovável*. Este gera emprego e renda, realiza reforma agrária, protege o meio ambiente e promove o desenvolvimento regional descentralizado. Entretanto, sem o controle e planejamento estatais, e sem instrumentos adequados, prevalecerão condições sociais intoleráveis e o absurdo de o álcool ser exportado com isenção fiscal, sendo, porém, para entrar nos EUA, obrigado a pagar uma tarifa, com duplo prejuízo para o Brasil.

14) A fixação de *cotas produtivas* e de estoques reguladores serão obrigações da EMPRESA BRASILEIRA DE AGROENERGIA. Essas medidas acabarão com o absurdo de o governo não dispor sequer de informações confiáveis sobre produção de álcool no País e evitarão as manipulações e aumentos artificiais de preços, hoje regra geral. É também indispensável instituição do monopólio estatal do comércio exterior de agroenergias renováveis. Legislação especial de *nacionalização da produção agroenergética* deverá ser apresentada pelo governo, pela qual os capitais externos interessados em investir no Brasil deverão obrigatoriamente associar-se como sócios minoritários à EMPRESA BRASILEIRA DE AGROENERGIA, a exemplo do que se faz na Venezuela, onde assim se procede no caso da exploração do petróleo. Sem isso, agravar-se-ão os já sérios problemas de segurança nacional, decorrentes da desnacionalização fundiária.

Recursos financeiros

15) Apoiamos decididamente a decisão do governo ao optar pela energia renovável. Mas esta só será viabilizada, se tivermos ins-

trumentos de ação, legislação específica, créditos (atualmente o BNDES esta prestes a liberar recursos para centenas de projetos agroenergéticos de grandes empresas multinacionais, nenhum deles para a agricultura familiar ou para assentamentos). A liberação de créditos, através de planejamento coordenado com a EBA, deverá envolver 2 milhões de pequenas propriedades, para implantar micro-usinas, dinamizando a industria nacional de equipamentos, de forma descentralizada. Para os que indagam acerca de onde virão os recursos, lembramos que, segundo estudos já realizados, para a conversão de toda a matriz energética de combustíveis fósseis em combustíveis renováveis, seriam necessários investimentos de 3 bilhões de reais ao ano, durante 10 anos. E basta comparar a implantação das 2 milhões de micro-usinas, estimadas em 50 mil reais cada, com a enorme quantidade de recursos que o BNDES entregou a empresas estrangeiras para dilapidar o patrimônio público, por meio das privatizações na nefasta “Era FHC”. Além disso, cite-se que, somente com o pagamento dos serviços de juros da dívida pública, o governo despende, sem retorno algum – 170 bilhões de reais ao ano, totalizando cerca de dois trilhões de reais nos últimos quinze anos. Somente com a cobrança de taxas de serviços, os bancos arrecadam por ano 52 bilhões de reais. Assim, estamos falando de recursos módicos, comparativamente às economias e ganhos, à importância estratégica e à geração de emprego. Com o suporte institucional de cerca de 2 milhões de pequenas propriedades rurais pela EBA, cada uma gerando minimamente 3 a 5 empregos diretos, teremos o emprego de 6 a 10 milhões de brasileiros, em propriedades que se tornarão auto-suficientes, e que tornarão as micro regiões igualmente auto-suficientes. Na realidade, o Brasil está muito longe de ter conferido prioridade à energia renovável. Basta lembrar que a produção brasileira de óleo combustível vegetal não alcança 1 por cento da produção da Alemanha, país que nem é tropical. Além disso, o governo decidiu-se por investir 23 bilhões de dólares no gás natural, cujas reservas no Brasil são limitadas, e tem grande impacto poluidor, mesmo que em medida inferior a outros com-

bustíveis fósseis. Ao contrário dos derivados da biomassa, o gás natural não constitui, nem de longe, vocação nacional.

Distribuição racional

16) Outra função importante da EBA será controlar a qualidade da produção e da distribuição, sob planejamento regional descentralizado, evitando o absurdo de grandes viagens das matérias-primas e dos combustíveis, encarecendo o preço final, e a construção de grandes alcooldutos, como já decidido em círculos governamentais, ligando São Paulo à Bahia, ou o Centro-Oeste à refinaria de Paulínia, em São Paulo. A grande vantagem comparativa da agroenergia é sua descentralização, permitindo a auto-suficiência regional, gerando emprego e renda em qualquer região vocacionada para a sua produção, desestimulando a concentração caótica em grandes centros. Para tanto, deve vir acompanhada de planejamento estratégico da EBA, elaborado democraticamente com a participação de produtores rurais, trabalhadores sindicalizados (CONTAG, FETRAF), dos assentamentos (MST), dos pequenos agricultores (MPA), de cientistas e técnicos, e também dos militares, já que trata-se de decisão de poder estratégico, permitindo inclusive a ocupação de regiões cobçadas. A maneira mais adequada de desaconselhar possíveis invasões militares estrangeiras é ocupar os territórios vazios com brasileiros, como propugnam alguns de nossos melhores estrategistas militares.

Dado as vantagens comparativas das regiões tropicais brasileiras para a agroenergia, seriam instalados, pela EBA, em núcleos regionais, centros tecnológico-industriais para o desenvolvimento tecnológico visando à criação de indústrias químicas, tendo por base o álcool, a mamona, entre outras matérias-primas de origem vegetal, visando à produção de plásticos, resinas e adubos, com a superior vantagem de serem *biodegradáveis*. São produtos não-tóxicos, aceitos no contacto de organismos animais, ao contrário dos da indústria petroquímica, em fase de declínio, determinado pelo colapso a curto prazo da produção

de petróleo ou pelo grau de contaminação ambiental nas águas, no ar e nas terras, além da conseqüente contaminação alimentar e do meio-ambiente. Os centros tecnológicos dariam oportunidade à juventude rural para elevação educacional, bem como de empregos em sua região rural, pois as agroenergias podem perfeitamente transformar a realidade camponesa, melhorando as condições de vida, saúde, educação, trabalho e cultura, por meio da instalação de escolas, centros técnicos culturais e de serviços de saúde. *O desenvolvimento da alcoolquímica* favorece a descentralização, com a instalação de centros agroindustriais para produzir derivados dos combustíveis vegetais em regiões estratégicas. Estimula a geração de empregos especializados na agroindústria rural, contra-arrestando a concentração nas capitais, reduzindo a favelização, a violência urbana, a criminalidade e a prostituição, malefícios de excessiva urbanização sem alternativas de emprego.

Integração energética renovável da América do Sul

17) A criação da EBA viabilizará, ademais, a integração regional sul-americana, cujo potencial já se vislumbra a partir da proposta do presidente Hugo Chávez de comprar toda a produção de álcool combustível brasileira, sem aplicação de tarifas alfandegárias, com o que fica evidente o contra-senso que seria firmar um acordo com os EUA. Ao mesmo tempo, fica claro que uma operação deste porte necessita de uma Empresa Brasileira de Agroenergia, para que possa aproveitar a produção dos pequenos e médios produtores e da agricultura familiar. Seria, assim, favorecida a integração regional latino-americana com base na energia renovável, combinando a produção energética com a alimentar, conforme as metas de integração energética definidas na Conferência Energética do Sul, realizada na Venezuela em abril último. Isso também pode tornar realidade uma "OPEP Verde". Para tal, seria recomendável que os países da UNASUR

também criassem suas respectivas empresas nacionais de agroenergia - na Bolívia, Peru e Colômbia, a produção de coca pode ser substituída pela agroenergia alimentar e combustível - viabilizando um sistema continental do sul de empresas interconectadas.

Uma Campanha Popular

18) Não há dúvidas de que pelas dimensões, pela importância histórica e pelo desdobramento internacional que o potencial da agroenergia concentra, este poderia vir a ser o grande programa do Governo Lula, gerando emprego, trabalho e *autodesenvolvimento sócio-econômico*, além de descentralizar o meio rural, reduzir drasticamente a contaminação ambiental, gerar tecnologia baseada em fontes energéticas renováveis e limpas, exportável para o mundo como parte essencial da nova civilização da fotossíntese. Nesse processo, a indústria química seria novo vetor econômico de peso mundial (alcoólquímica, rícinoquímica e demais químicas de produtos vegetais dos trópicos).

19) Entretanto, uma decisão desse porte enfrentará os mais encarniçados inimigos externos e seus representantes internos, os quais estão já contando quanto lucrarão com a desnacionalização desenfreada do território brasileiro para produzir combustível vegetal exclusivamente para a exportação, desprezando os aspectos sociais, de extrema importância para o povo brasileiro. O modelo predominante será o de “plantations” com alta mecanização, que dispensa o trabalhador.

20) Certamente, farão uma agressiva campanha midiática contra possível decisão governamental, pois o presidente Lula já mencionou a intenção de criar uma empresa pública de agroenergia. A campanha de manipulação e desinformação que fazem hoje contra a criação de uma TV Pública, contra a soberana decisão governamental de quebrar patentes de medicamen-

tos ou contra a importantíssima adesão brasileira ao Banco do Sul, será multiplicada e envenenada contra a criação de um instrumento soberano de Estado para uma política estratégica de Energia renovável. Esse é a EMPRESA BRASILEIRA DE AGROENERGIA, instrumento institucional essencial para tornar realidade a vocação nacional das energias renováveis, setor estratégico de âmbito mundial.

21) Assim, somente com um forte apoio popular, com uma campanha da mesma dimensão do que foi a Campanha “*O Petróleo é Nosso*”, será possível dar sustentação ao Governo para tomar esta histórica decisão. Para isto, necessitamos que o movimento sindical transcenda sua posição defensiva na defesa da CLT (também uma conquista da Era Vargas), para discutir o apoio à criação da EBA, inclusive impulsionando a reativação da indústria metalúrgica para a produção de 2 milhões de micro-usinas, de peças e equipamentos, de meios de transporte. A geração de renda e emprego no meio rural ativaria toda a indústria de bens de consumo duráveis e leves, já que há enorme demanda reprimida por sapatos, roupas, utensílios etc.

22) É indispensável que o movimento estudantil ganhe novamente as ruas, tal como a UNE fez, quando da campanha “*O Petróleo é Nosso*”, e que nas universidades sejam discutidos planos pedagógicos para o desenvolvimento de tecnologias para uma alcoolquímica nacional e para a multiplicação de centros tecnológicos em várias regiões do país, superando a grave *alienação energética* da universidade brasileira, incapaz de reconhecer que a miséria brasileira está pisando sobre o maior tesouro energético da face da terra. Que os CEFETS que serão criados, sejam multiplicados em número e que incorporem o desenvolvimento de técnicas para a alcoolquímica. Que nossas universidades superem a dependência tecnológica, patente, por exemplo, no não desenvolvimento de motores capazes de aproveitar as características do combustível vegetal, queimando o óleo a frio – já testados e com um rendimento comprovadamente superi-

or – ao invés da submissão que obriga a adaptação do combustível aos motores das transnacionais automobilísticas, uma dependência que pode ser rompida através de forte impulso ao desenvolvimento tecnológico a partir da EBA, tal como a Petrobrás realizou no campo do petróleo. É urgente que os governadores e prefeitos coloquem o tema na ordem dia, como uma prioridade ante a sinistra ocupação estrangeira, inclusive tomando iniciativas a partir do executivo, com a convocação, dos movimentos sociais, para a criação de mecanismos de desenvolvimento local da energia renovável.

23) Que sejam incorporados na direção deste plano os nacionalistas, militares, grandes patriotas com uma história de lutas em favor dos brasileiros e que sempre defenderam a energia da biomassa como instrumento de desenvolvimento e de soberania nacional. Este pode ser a base de um modelo de autodesenvolvimento econômico, com justiça social e que permite a utilização no trabalho de milhões de brasileiros desprotegidos e sem os meios efetivos de produção. Diante da sinistra onda de *alienação territorial*, os verdadeiros nacionalistas não têm qualquer justificativa para a omissão, a letargia, especialmente num contexto mundial de crescentes intervenções militares como extensão das políticas energéticas dos países imperiais! Nunca o povo brasileiro dependeu tanto como agora de seus patriotas, apesar dos seus grandes feitos do passado que construíram a Nação. Atualmente, o Senado dos EUA, de modo inexplicável, debate projeto de lei que abrange as diretrizes básicas da agroenergia no Brasil !!!!

24) Que os intelectuais, os artistas, os pensadores, a Igreja popular, as pastorais, os movimentos sociais, especialmente o MST, o MPA, a CUT, o MAB, a Contag, as universidades, a Assembléia Popular, os partidos progressistas, sejam, todos, protagonistas desta campanha que encontrará os mais intransigentes obstáculos: a reação mundial dos ideólogos do neoliberalismo não se fará esperar, como não se fez esperar contra a renacionalização

dos recursos petrolíferos na Venezuela e na Bolívia; a ojeriza ao Estado como elemento agregador e promotor do crescimento de uma Nação levará as elites ao paroxismo. Mas é isso que se exige dos governantes atuais: entrar para a História em nome da luta heróica pela soberania nacional deixada por Vargas, por Sepé Tiaraju. Terminar com a execução de brasileiros, às centenas de milhares a cada ano, por um modelo econômico criminoso. Levantar o povo brasileiro em torno desta campanha, o início de nova luta pela independência, pela libertação e pelas transformações sociais do Brasil.

17 de junho de 2007

Campanha Popular “A AGROENERGIA É NOSSA! “

Coordenação Provisória da Campanha (*):

Bautista Vidal (Físico)
Beto Almeida (Jornalista)
Adriano Benayon (Economista)
Manoel Bonfim (Engenheiro)
Marcelo Guimarães (Engenheiro agrônomo)
Reginaldo Lopes (Deputado Federal PT-MG)
Jornal Revolução Socialista (Corrente posadista do PT)
Beth Carvalho (Cantora)
TV Cidade Livre (Canal Comunitário de Brasília)
Irae Sassi (Jornalista)
Eduardo Dumont (Economista)
José Artur Poerner (Jornalista e escritor)
Mário Augusto Jakobskind (Jornalista)
Celso Agra (Metalúrgico)
Heloisa Toledo (Teatróloga)
Oswaldo Maneschy (Jornalista)
Helena Iono (Professora)
Paulo Miranda (Jornalista)

Federação das Associações de Moradores do RJ
Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC
CUT (RJ)
Rede Bio-Brasil
Diretório Estadual do PT (MG)
Valeria Batista Corrêa (Bancária)
Blasco Miranda de Ourofino (Médico)
Flavio Garcia (Agrônomo)
Josina Godoy (Socióloga)
Valter Xeu (Jornalista)

() A Comissão é provisória, aberta a novas adesões de organizações e personalidades*

Contatos:
Em Brasília (DF)
TV Cidade Livre de Brasília
Endereço: SIG Quadra 2 Lote 430
Cep 70.610-400 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3343-2713
Fax: (61) 33431317
E-mail - tv@tvcidadelivredf.com.br
www.tvcomunitariadf/tvcidadelivredf/

Em Belo Horizonte (MG)
Escritório do Dep. Reginaldo Lopes
Av. Álvares Cabral, 344
Sala 11 04 – Centro
CEP 30170-911
Telefone: (31) 3273-9837
Telefone em Brasília: (61) 32155426

A Empresa de Agroenergias (EBA) e a Segurança Alimentar

José Walter Bautista Vidal*

Criou-se um debate equivocado sobre os impactos da ampliação da produção de energias renováveis, limpas e vegetais sobre a produção de alimentos, como se a fome e a miséria fosse decorrente da falta de alimentos e devido à ocupação das áreas de produção de alimentos por produtores de energias vegetais. Na realidade, o mundo produz 30% mais alimentos do que necessita, segundo indicação da FAO. Esse alimento, porém, não é acessível para os que têm fome, os excluídos. Não adianta, portanto, produzir mais alimentos para suprir aos famintos, pois estes não têm meios para adquiri-los devido ao modelo econômico opressor e desigual.

Enquanto isto, segundo a FAO, somente no Brasil existem 80 milhões de hectares de terras agricultáveis ociosas, terras sem produção. As indicações do IBGE dão valores muito maiores. Se essas terras forem usadas na produção de alimentos, isso em nada adiantaria para superar a situação atual de grande número de seres humanos vítimas da fome. Eles não dispõem de poder de compra, por desemprego, má distribuição da renda, falta de políticas públicas de efeitos sociais positivos e muitas outras razões fruto de modelo econômico perverso, socialmente excludente. O uso de terras ociosas na produção de energias vegetais renováveis não é necessariamente causa da falta de alimentos ou da fome. Cuidados, entretanto, devem ser tomados

***José Walter Bautista Vidal**: engenheiro com pós-graduação em Física, professor das Universidades Federais da Bahia, de Brasília e Campinas. Foi Secretário de Estado de Ciências e Tecnologia do Brasil, na Bahia. Dirigiu a Secretaria de Tecnologia Industrial do ex-ministro Severo Gomes. Principal responsável pela implantação do Pró-álcool.

para evitar que a produção de energias alimentares seja substituída pela produção de energias para outros fins. Isto deve ser objeto de inteligente regulamentação específica.

Se criarmos condições para dar trabalho e renda para a maioria desses excluídos, a situação mudaria de modo substantivo, privilegiando a produção de alimentos, sem prejudicar iniciativas que favoreçam a criação de trabalho e renda para os excluídos e a população em geral.

Assim, as imensas potencialidades de mercado criadas pelo ocaso do petróleo e a possível substituição pelas energias vegetais produzidas por pequenos produtores em países ditos pobres, visando a superação do colapso dos combustíveis fósseis, controlados de modo absoluto pelos países ricos, a situação tenderia a provocar câmbios muito positivos do ponto de vista social, econômico e ambiental.

Isso exige, porém, mudanças no modelo opressor imposto pelos ricos e apoiado pelo setor financeiro do governo. O poder institucional de controle exercido por corporações estrangeiras dos países ditos ricos sobre esses combustíveis fósseis é avassalador, embora esses combustíveis estejam em declínio e esses países apresentem fraturas irreversíveis que podem ser superadas pela produção energética de países pobres, especialmente nas regiões tropicais do planeta, muito ricas em energias renováveis. A situação de ocaso dos fósseis, não renováveis e sujos do ponto de vista ambiental, ademais leva o mundo à guerra entre nações militarmente hegemônicas, visando ao domínio do que resta das reservas de petróleo.

O contrário ocorre com as energias vegetais renováveis que duram enquanto houver radiação solar e têm assim uma longa perspectiva histórica de promoção da paz. O Sol um dia irá apagar-se devido ao aumento permanente e natural de entropia, mas isso irá ocorrer em uma dezena de bilhões de anos. Enquanto isto as reservas de petróleo estão sendo ocupadas por forças militares de potência hegemônicas e não estarão disponíveis para

uso generalizado em curtíssimo prazo. Esta excepcional perspectiva de produção e uso de energias vegetais somente se transformará em realidade se for mudado o modelo de domínio absoluto dos países ricos sobre os pobres por meio do capital financeiro, que emitem de modo arbitrário. Esses países são carentes de potenciais energéticos naturais, tendo origem no grande manancial que é o Sol. Os combustíveis fósseis também se originam no Sol, mas necessitam de centenas de milhões de anos para se formarem, passando pelas formas vegetais, os hidratos de carbono e óleos vegetais produzidos nas plantas graças à fotossíntese. O óleo de girassol, excelente substituto do óleo diesel do petróleo, leva apenas cerca de dois meses para produzir suas sementes oleaginosas com energia vinda do sol. Ou seja, os combustíveis vegetais antecipam em milhões de anos aqueles de origem fóssil.

É o confronto entre o artifício de um sistema monetário decadente e insustentável – a tão falada bolha financeira é uma possibilidade real – e a pujança da natureza de um sistema sustentável, baseado na fusão nuclear, somente possível nas condições de elevadíssimas temperaturas alcançadas nos núcleos das estrelas, astros com luz própria. O Sol é a nossa estrela, é o único reator a fusão nuclear possível no nosso sistema planetário, parte essencial da natureza e de conseqüências energéticas predominantes nos trópicos. Trata-se por isso do confronto de um sistema monetário, dominado por grupos militarmente hegemônicos, que emitem moeda de modo arbitrário, e a pujança da natureza, especialmente preponderante no campo energético nas regiões tropicais.

Como o único continente tropical, o Brasil pode assumir ante o mundo a postura consciente e concreta que lhe permite afirmar, em linguagem popular: «o Sol é nosso». O sol e as agroenergias, substitutas vantajosas das energias fósseis em declínio e provocadores do aquecimento global tão danoso para as futuras condições ambientais do planeta, conforme atestam os dramáticos relatos recentes da comissão especializada das

Nações Unidas, frutos de muitos anos de estudo de centenas de cientistas de várias partes do mundo.

Não é por meio da fissão nuclear, Angra III, que produz calor e não enfrenta o colapso dos combustíveis líquidos derivados do petróleo, que iremos encaminhar soluções para os problemas energéticos mundiais. Tampouco o País ganhará em segurança e independência com esse projeto.

O Brasil lidera nesse campo uma nova civilização, a da fotossíntese, que transforma a energia solar, de complexo uso direto, em energias vegetais de fácil produção por pequenos produtores rurais e uso tecnológico garantido. Nessas condições, no Brasil, sem exclusão de outros países, podem ser montados pólos de produção de energias renováveis e limpas envolvendo centenas de milhares de pequenos produtores e milhões de novos postos de trabalho, tendo como exemplo o pólo que está sendo implantado na região de Palmeira das Missões, RS, que envolve mais de 60 mil produtores, em 22 municípios. Há várias outras experiências vitoriosas dessa natureza.

O espectro de materiais primas vegetais é enorme, agregadas sob a designação genérica de biomassa e têm por base os açúcares, os amidos e a celulose. Esta última também com imenso potencial devido às florestas tropicais, que devem ser submetidas a regime de necessárias renovações quando utilizadas. Surge a concreta possibilidade de implantação no Brasil da figura do fazendeiro florestal, que planta florestas como complemento de outras culturas ou com produção exclusiva, para abastecer de matéria prima energética, termoelétricas, com lenha ou carvão vegetal, para suprir de eletricidade, vastas regiões do País por onde não passam linhas de transmissão – de elevados custos - ou não tenham abaixadoras de energia. Pode-se também usar, onde as condições sejam favoráveis, óleos vegetais de alta eficiência produtiva e baixos custos na produção de eletricidade.

É possível assim, no Brasil, pelas imensas extensões agrícolas desocupadas ou as áreas degradadas pelo desflorestamento serem

criadas um grande número de pólos tendo por base a agricultura familiar e o uso de biomassa que respondem com eficiência às necessidades das populações e lhes permitem desenvolver-se com a indispensável disponibilidade de energia.

A implantação de micro usinas, com tecnologia de elevada eficiência, permite produzir álcool etílico (etanol) por custos baixíssimos, por meio da produção simultânea de vários produtos de elevado valor agregado: aguardente, carne e leite, açúcar mascavo e adubo orgânico.

Com o uso do bagaço de cana e vinhoto dessas usinas consegue-se alimentar cerca de 80 cabeças de gado confinado que produzem adubo orgânico de baixo custo em substituição aos fertilizantes industriais. Isto é de grande importância na agricultura em geral, sob o controle dos produtores, com ganhos de produtividade e redução de custos.

Apesar da comprovada resposta positiva dos pequenos produtores e da agricultura familiar, é indispensável, porém, o apoio do Estado por meio de uma empresa de economia mista para a área das energias renováveis, a Empresa Brasileira de Agroenergias – EBA, para apoiar esses pequenos produtores naquilo que eles não têm condições de assumir. Essa Empresa é absolutamente necessária para apoiá-los na gestão de um grande número de produtores rurais, distribuídos em pólos energéticos; no desenvolvimento tecnológico permanente e na distribuição, especialmente nas exportações para mercados de elevados potenciais que surgem como decorrência do declínio do petróleo, do qual dependem de modo vital, como Japão, Alemanha, China e muitos outros. Há necessidade de infra-estruturas de recepção e de distribuição, de altos custos, nos locais de destino dos combustíveis e que o pequeno produtor não tem condições de realizar. Isto exige uma empresa de porte que possa assumir tal implantação.

Também, há países de elevado potencial financeiro que desejam associar-se ao empreendimento brasileiro tendo em

vista o papel que ele representa na redução das tensões mundiais criadas pela escassez de petróleo, como são exemplos países produtores de petróleo. Há necessidade por isso de uma empresa de economia mista para captar esses investimentos participativos e de risco. Ademais, o Brasil precisa de uma instituição forte e credenciada na área das energias renováveis para assumir, em seu nome, os compromissos internacionais, especialmente os de longo prazo. Hoje não existe interlocutor credenciado para desempenhar esse fundamental papel, enquanto o estrangeiro avança e ocupa esse essencial espaço nacional.

Dito isto, cabe ao povo brasileiro exigir a criação de instrumentos operativos, para exercer sua vocação natural, essencial para garantir um futuro de tranquilidade, somente possível com o apoio do Estado que represente com responsabilidade o seu povo.

O mundo nos observa atento, surpreso e com grandes esperanças para um futuro em que o Brasil assuma a liderança, devido a suas excepcionais vantagens comparativas naturais. Estamos, porém, sem esses instrumentos que nos permitam arcar com responsabilidade nossa excepcional vocação e possamos obter, portanto, enormes efeitos positivos nas áreas sociais, econômicas e ambientais

O Estado é a instituição que executa o projeto de um povo segundo suas vocações, especialmente as naturais, de papel tão importante no futuro do Brasil e do mundo.

Daí o projeto em marcha de povos hoje hegemônicos que desejam enfraquecer o Estado brasileiro pela transferência para seu controle de suas principais instituições da área energética renovável e de seu território, setores estratégicos que comprometem a soberania nacional e a libertação do País de perigosa dependência.

Ademais, a produção de combustíveis vegetais quase sempre vem associada à produção adicional de energias alimentares com

conteúdos protéicos, como a alimentação de animais a partir da folha da mandioca; a criação de gado e outros animais, nas micro-usinas de álcool; as rações animais produzidas com os resíduos sólidos após a retirada dos óleos combustíveis de plantas oleaginosas, entre muitos outros exemplos.

Cabe-nos assim reagir a este equívoco, estruturando nova linha de produção energética, baseada no pequeno produtor rural, vítima de injustificada miséria, em grande quantidade, para responder a imensa demanda nacional e mundial provocada pela escassez de petróleo e seus preços ascendentes.

Ou seja, precisamos de um projeto nacional no campo estratégico das energias renováveis e limpas, devidamente aparelhado com eficientes instrumentos de ação e com poder e independência para redimir o nosso povo da miséria que o oprime e promover ponderável salto econômico do País, tendo por base os excepcionais fatores comparativos naturais de produção.

Brasília, agosto de 2007

Energia versus alimentos

Adriano Benayon*

Promove-se injusta condenação ao uso do etanol e dos óleos vegetais para substituir os poluidores combustíveis fósseis. Os detratores enganam-se, porque os males apontados não provêm do etanol, mas de ser ele produzido no esquema comercial e financeiro concentrador do agronegócio, controlado por tradings norte-americanas, européias, chinesas e japonesas.

O ex-deputado suíço Jean Ziegler, relator da ONU sobre o direito à alimentação, acusou o Brasil de aumentar a fome no mundo investindo no etanol de cana-de-açúcar (Folha de S.Paulo, 02-12-2007). Argumenta que ela ocupa terras tomadas às culturas alimentares.

Não é a biomassa para energia que agrava a fome, mas o modelo econômico concentrador. Tanto é assim, que a fome aumentou durante os últimos 30 anos, mesmo com incremento da produção de alimentos. Muito deixou de ser consumido, porque falta poder aquisitivo a bilhões de pessoas. A causa é a concentração de capital, e só a exclusão social emperra o potencial de multiplicar a produção.

Descentralizada, em pequenas propriedades, a biomassa para energia não compete contra os alimentos. Ao contrário, favorece-os. Ela produz combustíveis líquidos melhor que as plantações da monocultura e combina-se com culturas alimentares e com a pecuária. Assim, eleva a oferta de comida e economiza terras para lavouras e reflorestamento.

* - Adriano Benayon é Doutor em Economia. Autor de "Globalização versus Desenvolvimento", editora Escrituras. benayon@terra.com.br

Reúne, pois, benefícios econômicos,¹ sociais (ocupação de mão-de-obra), de segurança energética e ambientais. Entretanto, o sistema de poder, boicota a produção descentralizada de biomassa. Ele é o mesmo que obtém ganhos fantásticos com o domínio do petróleo, do gás e do carvão, nas matrizes energéticas.

Por isso demonizam a biomassa, a única alternativa viável a esses minerais, cujos preços, em ascensão, tendem a hipertrofiar os ganhos já monumentais das transnacionais que controlam o grosso de seu comércio.

A biomassa vem sendo pouco e mal usada, e consome-se o etanol em motores inapropriados. Com o mesmo fim de não adaptar os motores, preterem-se os óleos vegetais (OVs só filtrados) em favor do biodiesel (OVs transesterificados). São, ademais, cultivadas matérias-primas erradas ou de modo inadequado. As recomendáveis para o etanol, seriam cana-de-açúcar, mandioca e batatas doces. Para os óleos vegetais, dendê, tungue, pinhão-manso, babaçu, macaúba etc.

A “defesa do meio-ambiente” serve de instrumento de intervenção das potências hegemônicas para ocupar, por exemplo, a Amazônia. Mais uma vez, na Conferência das Nações Unidas, de Bali, sobre as Mudanças Climáticas, nada de objetivo foi resolvido para reduzir as emissões de CO₂ e de gases e metais poluentes. Ao Império convém acusar os países saqueados de serem responsáveis por essas emissões. Ele pratica de forma exponenciada a política do lobo da clássica fábula em que este acusa o cordeiro, e omite que:

1) o crescimento das plantas seqüestra e aproveita o CO₂ da atmosfera, diferentemente das florestas já formadas; 2) os oceanos repõem oxigênio na atmosfera, e esses são poluídos pelos vazamentos de óleo negro.

¹ O etanol e os óleos podem ser produzidos por menos de R\$ 0,50 o litro. Com o petróleo a US\$ 100 por barril, a gasolina e o diesel saem da refinaria a R\$ 1,43 (seria bem mais, não fosse o câmbio do real supervalorizado).

O resultado dessa embromação, em vez de decisões pró-Humanidade, é:

- 1) aumentar o fluxo de dinheiro para os concentradores e a queima de combustíveis fósseis, não compensada pelo seqüestro de carbono, além de lançar na atmosfera substâncias tóxicas e cancerígenas;
- 2) “justificar”, em nome do efeito-estufa, a intervenção em países com grandes florestas para intensificar a pilhagem de seus recursos naturais.

A biomassa é mais econômica que o petróleo, mas óbices políticos dificultam a produção em pequenas unidades. A estrutura concentrada faz prevalecer a monocultura, com irreparáveis danos sociais e ambientais, embora menos graves que os causados pelos combustíveis fósseis.

Só existe, por conseguinte, uma solução que atende à carência energética e contribui para aumentar a oferta de alimentos: **a transformação profunda do modelo político e econômico**, indispensável para que o Brasil deixe de ser zona de saqueio, des governada por comando externo.

Há que multiplicar as iniciativas com tecnologias eficientes em pequenas propriedades e cooperativas, bem como as unidades industriais descentralizadas de etanol e de óleos vegetais. Urge também que a regulação facilite o acesso dos combustíveis da biomassa às distribuidoras e o fornecimento aos consumidores sem intermediários.

As culturas para energia devem ser associadas às alimentares e à pecuária intensiva, utilizando os subprodutos das matérias-primas e fabricando outros, como o adubo orgânico, resultantes da combinação de insumos.

Os bosques de oleaginosas asseguram excelentes rendimentos de óleo por hectare. Combinada com a biomassa, a criação

de animais tem produtividade muitas vezes superior, em qualidade e em quantidade, à das pastagens extensivas.

Além de levar ao desemprego zero, a biomassa resgataria grande parte dos 165 milhões de hectares ocupados no Brasil por pastagens e o grosso dos 21 milhões de hectares da soja (40% da área total de lavouras), cujo principal produto, o farelo, se destina à exportação de forragem.² Portanto, mais de 80% das terras no Brasil servem à produção de carne ou de forragens, e cada unidade de terra usada para criar gado alimenta 20 vezes menos pessoas que a mesma porção de terra ocupada por lavouras. Por que as almas piedosas, preocupadas com a fome no Mundo, não se tocam diante desses colossais desperdícios?

Reprova-se o uso de terras para atender o padrão de consumo mundial em que os automóveis têm prioridade, e os veículos rodoviários, proporção importante dos transportes. Mas, enquanto isso, os veículos são abastecidos por petróleo.

De resto, a inflação puxada pela alta desmesurada do preço do petróleo não poupará os preços dos alimentos. Já a biomassa garantiria enorme redução nos custos da energia e dos alimentos.

Ziegler atribui a miséria e o latifúndio ao açúcar, e agora ao etanol.³ Ora, atribuir as misérias do País a um produto é inverter a causalidade, bem a gosto das potências hegemônicas. Qualquer produto cultivado ou fabricado num país autodeterminado, com estruturas produtivas livres da concentração, não acarretará aqueles flagelos.

Fernand Braudel e André Gunder Frank mostraram que latifúndio, fome e subdesenvolvimento provêm do livre-comércio comandado pelos centros financeiros mundiais, conducente à monocultura nos países periferizados. Há, de fato, a volta do

² A cana para o etanol usa só 3 milhões de hectares. A soja tem rendimento de óleo por hectare 20 vezes inferior ao do dendê.

³ Cita, em apoio a essa asserção, os dois maiores sociólogos da história do Brasil, em sua opinião, Gilberto Freyre e F. H. Cardoso. Só pode ter esse conceito de FHC quem entende pouco de sociologia e nada de Brasil.

Brasil ao período colonial, mas a culpa não é de produto algum. São as multinacionais que determinam as relações de produção no Brasil, pois controlam o espaço econômico, subsidiadas desde 1954. Com isso, o Brasil retornou à condição de economia exportadora de recursos naturais.

Diz Ziegler: *“Aprendi que o o agribusiness, é imensamente poderoso no mundo de hoje: Monsanto, Syngenta, Cargill. Em 2006, as 500 maiores empresas multinacionais privadas controlavam 52% do PIB mundial. É um poder imenso, e exercem pressão gigantesca no Brasil, sobretudo as americanas.”*

Mas Ziegler pensa que a globalização tenha desencadeado grande aumento de produtividade. Na realidade, ela se aproveitou da capacidade produtiva criada antes dela e acabou por estancá-la. Além de saquear países, como o Brasil, os donos da globalização estão levando o Mundo ao colapso financeiro. Deste virá a depressão econômica, após a implosão de ativos financeiros criados pelos banqueiros concentradores. Os países abertos à globalização são os mais sugados. Os que têm altas taxas de crescimento, como China, Índia e Irã, são os mais afastados do padrão de comércio e investimentos dos países hegemônicos. Rússia, Argentina e Venezuela, tendo-se desvinculado um tanto daqueles tentáculos, passaram a ter bons incrementos do PIB, ao contrário do Brasil, que prossegue no processo de desnacionalização e privatização intensificado de 1990 a 2002.

O Brasil estagnou desde 1980, levado pelas transnacionais à crise da dívida. Sofre os efeitos devastadores da alienação do patrimônio público e do sucateamento das infra-estruturas econômica e social. Agora, só mudança institucional profunda pode sustar a degradação.

16 de janeiro de 2008

Publicado em **A Nova Democracia** nº 39, janeiro de 2008
Publicado no **Brasil de Fato**, janeiro de 2008

Do carnaval ao imenso canavial

Frei Betto

O Brasil é o país do carnaval. Aqui não se vive sem os cinco efes: fé, festa, feijão, farinha e futebol. Toda essa alegria está ameaçada de se transformar numa grande tristeza nacional caso o governo federal não tome, o quanto antes, severas medidas para impedir que o país se torne imenso canavial em mãos estrangeiras.

Estamos de volta aos ciclos de monocultura que, nos livros didáticos de minha infância, marcavam os períodos da história nacional: pau-brasil; cana-de-açúcar; ouro; borracha; café etc. Esta razão da recente visita de Bush ao Brasil, temos a matéria-prima e a tecnologia alternativas ao petróleo, energia fóssil prestes a se esgotar. Hoje, 80% das reservas petrolíferas se encontram no conflitivo Oriente Médio.

Construir usinas nucleares é dispendioso e arriscado, alvos potenciais de terroristas. A solução mais segura, barata e ecologicamente correta é a cana-de-açúcar e os óleos vegetais. Petróleo era um bom negócio quando o barril custava US\$ 2. Hoje não custa menos de US\$ 50. E não dá duas safras. Cana e mandioca, além de abastecer veículos e indústrias, dão quantas safras se plantar. Basta dispor da terra adequada e disto que, ao contrário dos EUA, há nos trópicos em abundância: água e sol. De olho nessa fonte alternativa de energia, Bush veio ver para crer. O etanol extraído de nossa cana tem a metade do custo do produzido pelo milho made in USA; 1/3 do preço do etanol europeu obtido da beterraba; e é, hoje, 30% inferior ao preço da gasolina, além de não poluir a atmosfera nem se esgotar.

Frei Betto: Defensor da Teologia da Libertação, militante de movimentos pastorais e sociais, foi coordenador de Mobilização Social do programa *Fome Zero*.

Então o Brasil se tornará um país rico? Sim, se o governo agir com firmeza e detiver a ganância das multinacionais. Bill Gates e sua Ethanol Pacific já estão de olho nas terras de Goiás e Mato Grosso. Japoneses, franceses, holandeses e ingleses querem investir em usinas de álcool. Se o Planalto não tomar a defesa da soberania nacional, o imenso canavial Brasil estará produzindo combustível para os países industrializados que, na defesa de seus interesses, cuidarão da segurança de seus negócios aqui, ou seja, regressaremos ao estágio colonialista de República, não das Bananas, mas da Cana. E as próximas gerações correrão o risco de experimentar na carne o que hoje sofrem os iraquianos.

Assim como Monteiro Lobato, na década de 1940, clamou pela defesa do petróleo brasileiro, dando origem à Petrobras, é hora de exigir a criação da Biocombrás, a Companhia Brasileira de Biocombustíveis. Caso contrário, teremos nosso território agricultável retalhado pelo latifúndio associado às empresas multinacionais; a cana imperando no Sudeste; a soja e as pastagens desmatando ainda mais a Amazônia e provocando graves desequilíbrios ambientais. E é ilusão imaginar que a tecnologia de exploração da biomassa vegetal absorverá mão-de-obra. O desemprego e o subemprego (bóias-frias) serão proporcionais ao número de pés de cana plantados.

Bush não veio aqui preocupado com a miséria em que vivem milhões de brasileiros, sobretudo os migrantes expulsos do campo e amontoados nas favelas em torno das grandes cidades. Nem interessado na pequena propriedade rural e na agricultura familiar. Veio soprar nos ouvidos do presidente Lula para o Brasil dar as costas à Venezuela petrolífera de Chávez e erguer seu copo de garapa orgulhoso de sua energia vegetal, feliz porque vão chover álcooldólares na lavoura nacional. O Brasil entra com a terra, a água e o sol, e um pouco de mão-de-obra barata, eles colhem, exportam e vendem o produto via Monsanto, Cargill e congêneres, aplicando os lucros lá fora. Ficam com o

verde da cana e dos dólares e, nós, com o amarelo da fome, como descrevia Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo*.

O mínimo que se espera do presidente Lula é que siga o exemplo de Chávez e defenda os interesses nacionais. A empresa venezuelana equivalente à nossa Petrobras era a sócia minoritária na exploração do petróleo do país vizinho. Agora Chávez reverteu a equação: a partir de 1º de maio a Venezuela fica com 60% das cotas e as empresas estrangeiras com 40%.

Foi o clamor popular que, no passado, obrigou o governo a ouvir que “o petróleo é nosso”. É hora de clamar pelo etanol e impedir que o imenso canal Brasil multiplique o trabalho escravo, aumente o número de bóias-frias e devaste o que nos resta de florestas e reservas indígenas.

30 de março de 2007
Reproduzido do jornal
BRASIL DE FATO

Antídoto ao novo dependentismo

Márcio Pochmann*

Pelo pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, o sentido histórico da expansão econômica brasileira seguiu, em grande medida, o corolário da sucessão de “milagres” (ciclo da cana-de-açúcar, do ouro, do café). Eles “salvaram” o país da decadência, porém não desembocaram no desenvolvimento econômico e social imaginado pelo conjunto da nação. Nessa perspectiva, o desenvolvimento transformou-se no mito, conforme assevera Celso Furtado, em que o novo rompe pouco com o passado, quando não o reproduz pelo entorno da dependência externa.

Após o quarto de século de relativa decadência nacional (1980-2005) que sucedeu ao ciclo da industrialização nacional (1930 - 1980), o país sinaliza que parece se encontrar diante de um novo “milagre”. Ou seja, o ciclo de expansão do agronegócio, cujo destaque maior é a agroenergia, como responsável por uma profunda reorganização da estrutura produtiva e social do país.

Não parece haver dúvidas que, com isso, o país se recoloca na Divisão Internacional do Trabalho como protagonista de uma matriz energética menos poluidora e geradora de uma nova riqueza. Essa oportunidade histórica, contudo, dificilmente se completará plenamente sem haver uma profunda alteração no papel do Estado, pois se encontra acompanhada dos vetores da concentração da riqueza e do novo dependentismo. Do que já se observa até o momento, o país parece seguir trajetória equivalente à da grande empresa agromercantil açucareira do final do Século XVI, orientada e dependente das necessidades de acu-

Marcio Pochmann é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), professor licenciado do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas. Artigo publicado no Valor Econômico.

mulação externa. Lembre-se de que, naquela oportunidade, o ciclo da cana-de-açúcar tinha dois traços marcantes. O primeiro, destacado por Caio Prado Junior, era a importância da organização da produção do açúcar na formação das estruturas econômicas e sociais, responsáveis pela profunda concentração da propriedade da terra, da monocultura em grandes plantações, o desmatamento e o uso rebaixado da mão-de-obra que a tornava marginal na participação do consumo interno.

O segundo, percebido por Milton Santos, foi traduzido pela consagração dos dois circuitos que caracterizam a economia nacional: o superior, ocupado por grandes empreendimentos assentados na modernização tecnológica, na inserção internacional e no apoio do Estado; e o inferior, conformado pelo conjunto heterogêneo de atividades de pequena dimensão, geralmente sem maiores apoios do Estado, atrasado tecnologicamente e voltado às parcelas pobres da população.

Brasil precisa criar empresa pública de agroenergia para garantir oportunidades universais de participação do circuito inferior da economia

Com o novo ciclo de exportação de commodities (carnes e couro, sucos, celulose, madeira, etanol, soja, entre outros) reorganizam-se as interfaces do restrito grupo das megacorporações transnacionais no Brasil, por meio da desnacionalização das empresas rurais, da internacionalização de parte do território, da reconcentração fundiária e da intensificação no grau de exploração dos trabalhadores. Da mesma forma que o Brasil passou de 60 para 800 engenhos de açúcar na virada do Século XVI para o XVII, o país deve saltar de menos de cem usinas sucroalcooleiras para próximo de 600 nessa passagem dos séculos XX para XXI, caso queira atender a 5% de todo o mercado mundial de etanol. O que significa ocupar quase 30 milhões de hectares de área plantada somente com a cana-de-açúcar.

Nessa toada, não cabe, mais uma vez, repetir o passado da grande empresa agromercantil do açúcar, dependente da

extroversão econômica e da concentração da riqueza. Ainda há tempo para que o país conceda um passo urgente e decisivo na reinversão do ciclo da agroenergia.

Para isso, o Brasil precisa constituir, por exemplo, uma empresa pública de agroenergia, com o compromisso de garantir oportunidades universais de participação do circuito inferior da economia (pequenos e médios produtores rurais e de microusineiros sucroalcooleiros). Da mesma forma, caberia ainda o desenvolvimento de capacidades orientadas à centralização do comércio da energia renovável no país.

Por fim, o estabelecimento de um grande acordo em torno das relações de trabalho vinculadas à agroenergia, necessário para interromper a difusão do padrão de emprego asiático no campo e nas cidades por onde se localiza o complexo produtivo. Em síntese, evitar a difusão do emprego associado a elevadas jornadas de trabalho, forte rotatividade e baixa remuneração.

Sem rompimento com a repetição do passado, dificilmente serão construídos os elementos portadores de futuro. Sabe-se que são necessárias medidas governamentais que podem, talvez, contrariar interesses importantes, porém inegáveis, como antídotos do novo dependentismo que se forma em torno do ciclo do agronegócio no Brasil.

Sem um programa nacional comandado pela empresa pública, as organizações das atividades de agroenergia no Brasil tendem a se integrar à estratégia internacional monopolística das grandes corporações, que as coordenam não necessariamente a serviço dos interesses do conjunto da nação. Assim, a produção e a exportação de agroenergia, dependente exclusivamente do livre jogo das forças de mercado, podem produzir desvantagens e graves conseqüências para o plano da independência nacional. A decadência pode estar próxima do fim, porém a dependência não.

01 de novembro de 2007

Os Dilemas e as Contradições dos Agrocombustíveis

Frei Sérgio Görger*

Há um respeitável risco de que os agrocombustíveis, inclusive o biodiesel, não venham a beneficiar os pequenos agricultores e assentados, transformando-se numa nova versão do Pró-Álcool, apesar de manifestações expressas do Presidente Lula no sentido de colocar como objetivo central do Programa Nacional de Produção de Biodiesel a geração de renda e emprego na agricultura familiar. É que os instrumentos de ação governamental utilizados e as decisões políticas de seu governo acabam levando para o destino contrário da intenção expressa nos discursos públicos do Presidente.

As Possibilidades dos Pequenos Agricultores

E há, estou convencido disto, reais possibilidades de se fazer da produção de agrocombustíveis associado umbilicalmente à produção de alimentos, uma alavanca de renda e trabalho para a agricultura camponesa familiar, de viabilidade para os assentamentos de Reforma Agrária e de territorialização do desenvolvimento sustentável para as pequenas cidades e municípios interioranos. Mas para isto, somente a legislação do selo social e o Pronaf, são absolutamente insuficientes.

O Papel do Estado

A questão central é a seguinte: precisa ação direta do Estado Brasileiro para garantir a entrada de forma organizada dos pe-

* Frei Sérgio Görger: Dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

quenos agricultores e assentados no processo agro-industrial e não apenas na produção de matéria prima. Caso fiquem simplesmente expostos às regras de mercado, isto não acontecerá. O que se verá no futuro é a repetição de dois modelos já conhecidos:

Os Modelos que não Servem

- a) Grandes áreas de cultivo com monoculturas de oleaginosas, totalmente mecanizadas (a soja é um exemplo clássico) ou com trabalho sazonal precário e mal pago (o que poderá acontecer com o pinhão manso e com o dendê), sistema já vigente nas grandes usinas de açúcar e álcool, na produção de frutas, celulose, entre outros;
- b) Sistemas de integração semelhantes às cadeias produtivas do fumo, suínos, leite e frangos, nos quais acontece seletividade, exclusão, subordinação e exploração. Neste modelo um pequeno número de pequenos agricultores mantém-se na terra, mas toda a produção é controlada e explorada pela grande empresa integradora.

Estes dois modelos são socialmente perversos, concentram renda e poder, provocam mais êxodo rural e não espacializam o desenvolvimento e a industrialização nas diferentes regiões do país. Além de terem se mostrado ambientalmente insustentáveis deixando atrás de si um rastro de destruição da natureza e dos ecossistemas locais.

Um Novo Modelo é Possível

A cadeia produtiva que está se configurando ao redor do Biodiesel é uma cadeia nova e oferece muitas possibilidades até agora difíceis de prever todos os seus desdobramentos. Diante disto é possível começar um sistema novo, que fuja dos dois modelos que o mercado oferece em sua lógica implacável. Mas

para isto é fundamental a ação do Estado através de legislação, tecnologia, apoio à assistência técnica, apoio com infra-estrutura industrial e comunitária, linhas de crédito de longo prazo, infra-estrutura logística e – principalmente – da ação decisiva da Petrobrás sustentando um modelo de relação econômica onde os pequenos e médios agricultores, de forma organizada, participem de fases importantes do processo industrial, como por exemplo, a produção do óleo vegetal.

Há inúmeras vantagens de toda ordem neste modelo que poderá se estender para todo o sistema de produção, como por exemplo: policultivos, consórcios de plantas, rotação de culturas, oferta de matéria prima em épocas diferentes do ano diminuindo o custo de armazenagem, integração da produção de alimentos com a produção de energia, integração da produção vegetal com produção animal, combinação de plantios perenes com plantios anuais, desenvolvimento de sistemas agrosilvopastoris, diminuição de custos na agricultura aproveitando localmente os co-produtos da extração do óleo e do álcool (para alimentação animal e fertilização das lavouras e pastagens), adaptação de motores de tratores e caminhões para utilizar o óleo vegetal puro, autonomia energética das comunidades rurais, etc.

Da mesma forma, a produção de álcool pode se dar num outro modelo, a partir de micro-destilarias nas comunidades rurais ou famílias camponesas, que produzam o álcool pré-pronto, utilizam os co-produtos (bagaço, pontas de cana, vinhoto) para melhorar e baratear a produção de alimentos (leite, carnes, ovos, cereais, frutas, hortigrangeiros, etc) nas unidades de produção familiar e transportar o álcool pré-pronto (com enorme barateamento dos custos logísticos) para uma coluna retificadora que fará a destilação final para a padronização e o aprimoramento do álcool especificando-o de acordo com as exigências do ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e com garantia de compra pela Petrobrás ou qualquer outra distribuidora autorizada. Esta forma de produção de álcool com-

bustível consegue ainda, sem grandes custos de investimentos adicionais, incorporar outras fontes de matéria prima na produção de álcool como mandioca e batata doce, com a mesma lógica de utilização local dos co-produtos para ampliar a produção de alimentos com menores custos, estimular a rotação de culturas e fugir das monoculturas, produzindo álcool o ano todo e possibilitando mais uma fonte de renda para as famílias agricultoras. Projetos concretos com estes perfis estão em pleno andamento e poderão servir de inspiração para outros projetos além de poderem servir de base para uma política pública nacional que vise generalizar sistemas semelhantes auto-sustentados e com enormes benefícios ambientais.

Novas Contradições

Pairam, porém, grandes dilemas e contradições em relação à produção de agrocombustíveis no Brasil. Entre eles podemos destacar os seguintes:

- a) Competição por espaço entre produção de energia e produção de alimentos, entre carros individuais da classe média e rica e comida na mesa dos pobres ou sistemas de produção integrada de alimento e energia;
- b) Concentração de renda e enriquecimento de um pequeno grupo de investidores, maioria estrangeiros, ou geração de postos de trabalho com distribuição da renda e melhoria das condições de vida do conjunto da população;
- c) Produção de matérias primas em monoculturas latifundiárias extensivas ou em sistemas camponeses de policultivos em áreas rurais de pequeno e médio porte, organizados em estruturas econômicas associativas e cooperativadas;
- d) Produção com tecnologias brandas e flexíveis, de base ecológica, apropriadas pelos agricultores e que preservem

o meio ambiente ou modelo tecnológico duro, dependente de insumos químicos derivados de petróleo, caro e só acessível à minoria abastada do campo, predador de recursos naturais e destruidor do meio ambiente;

- e) Controle partilhado das plantas industriais entre cooperativas de agricultores e empresas públicas ou privadas, priorizando formas horizontalizadas de organização econômica ou domínio empresarial absoluto, verticalizado, mantendo os agricultores como simples produtores de matérias primas;
- f) Distribuição das plantas industriais pelo espaço geográfico do país todo ou concentração industrial em algumas regiões já urbanizadas, aumentando o êxodo rural e o caos urbano;
- g) Estratégia de produção de alimentos e energia centrada na construção de um projeto de desenvolvimento nacional ou destinada prioritariamente a atender às demandas de energia líquida dos países ricos.

A solução destas contradições e dilemas em favor do povo e como um dos meios de solução de vários problemas nacionais – corroborando o discurso do Presidente Lula e questionando as ações práticas de seu governo – depende da elaboração e execução de diretrizes políticas nacionais, eficazmente coordenadas, programas efetivos que dêem eficácia à ação governamental, construídos com a sociedade e os movimentos sociais, no debate das idéias e na construção coletiva dos melhores caminhos. Muitos poderão alegar que isto já existe, que há uma política governamental correta e bem estruturada, mas, em meu entender, o que existe é vago, incompleto, incongruente, desarticulado e levam, na prática, à confusão no meio do povo e aos efeitos concretos contrários ao discurso do Presidente quando trata deste tema. Na prática está criando condições para algu-

mas empresas privadas organizarem arranjos produtivos que vão explorar a mão de obra no campo.

Diretrizes Políticas Estratégicas

Urge construir e aplicar diretrizes políticas, instrumentos de ação governamental e programas operacionais que cumpram o papel de soldar no meio do povo uma unidade de objetivos e de unir a ação governamental com o agir coletivo dos movimentos sociais, das comunidades, das municipalidades e estruturando projetos de desenvolvimento regional sustentável.

A Insustentabilidade Sócioambiental das Monoculturas

Os modelos produtivos alicerçados no agronegócio com suas monoculturas extensivas totalmente mecanizadas e utilizando toneladas de venenos e fertilizantes sintéticos (derivados de petróleo, diga-se de passagem), só conseguem produzir oleaginosas com baixo teor de óleo (caso típico da cultura da soja que só produz 18% de óleo) ocupando fatalmente o espaço necessário à produção de comida e com custos cada vez mais altos. Além disto, concentram renda, terra e poder em poucas mãos, criando ilhas de prosperidade em oceanos de miséria, E, por derradeiro, produzem energia que só é limpa do cano de descarga para fora (porque emitem menor quantidade de gases de efeito estufa), sendo suja em todo o seu processo de produção. Estes modelos não resolvem os dilemas e as contradições que se apresentam na produção de agrocombustíveis, antes os aprofundam. Vejam-se como maus exemplos o agravamento da fome em regiões de monocultura de cana para produção de álcool e o caso norte-americano que, ao usar o milho para produzir álcool combustível, fez aumentar o preço dos alimentos derivados de milho, entre eles, a tortilla mexicana que dobrou de preço.

A Eficácia Sócioambiental e Econômica dos Sistemas Camponeses

Os sistemas camponeses de produção, ao contrário, são capazes de produzir alimento e energia limpa com preservação do meio ambiente através de policultivos, com grande ocupação de mão de obra, valendo-se prioritariamente de oleaginosas perenes em sistemas agroflorestais, com alta produtividade de óleo vegetal em pequenos espaços de terra, preservando e melhorando o solo, o ar, as águas e a qualidade dos alimentos.

Vislumbro que os camponeses brasileiros, na contramão da voracidade do agronegócio, implementarão com suas próprias forças e como resultado de suas lutas de resistência, projetos de produção integrada de alimento e energia, nos moldes acima descrito. Na verdade, já estão fazendo. Mas modelos com este perfil poderiam ganhar dimensão muito mais ampla e maior velocidade sob uma opção política clara por parte de quem dirige o Estado Brasileiro.

Ação Decidida do Governo

Uma opção política desta natureza exigiria, de parte do Estado Brasileiro, um Programa Nacional de Produção de Alimento e Energia baseado no apoio aos pequenos agricultores e assentados de reforma agrária, uma ampla distribuição dos latifúndios (todos os com mais de 2.000 hectares), na preservação e apoio diferenciado às propriedades rurais de porte médio, na difusão e financiamento de opções tecnológicas descentralizadas e de base ecológica. O objetivo central deve ser a soberania alimentar e energética das comunidades, dos municípios e da nação e, garantido isto, exportar. A produção integrada, complementar e sinérgica deve envolver todo o tipo de alimento possível e necessário em sistemas de policultivos alimentares, energéticos e ambientais. E nos plantios com maior potencial energético, deve se orientar para o desenvolvimento de adequado consórcio entre

plantas perenes, anuais e plurianuais com maior produção de energia em menor espaço de área. A produção industrial deve priorizar a produção descentralizada de óleos vegetais transformando-os em combustíveis de uso local, que é possível com a alteração dos motores; de biodiesel em usinas que processem o maior número de óleos vegetais possível para estimular os policultivos; de álcool com variedade de matérias primas e uso dos co-produtos na produção de alimentos (usando cana de açúcar, mandioca, batata doce e outras matérias primas); em usinas e unidades industriais preferencialmente de pequeno e médio porte; de biogás com pequenos biodigestores utilizando estrume animal e vinhoto derivado da produção de álcool, entre outras matérias primas; de pequenas termoelétricas utilizando casca de arroz, casca de tungue, parte do bagaço da cana, florestas super densas diversificadas e cortadas em dois a três anos aproveitando, sempre que possível, a capacidade de rebrote.

Para o pleno sucesso de uma empreitada deste porte é indispensável um vigoroso suporte científico e técnico, que poderá ser implementado num programa de pesquisas que interaja com o dia a dia da produção primária e da indústria e da implementação um programa de mecanização para a agricultura camponesa familiar, desde o trator popular multiuso, até a gama necessária de equipamentos de uso familiar ou coletivo, o que possibilitaria uma nova fase de desenvolvimento da indústria metal-mecânica com a correspondente geração de postos de trabalho em toda a cadeia produtiva dos implementos agrícolas, gerando novos postos de trabalho na indústria metalúrgica.

Só assim poderão ser bem resolvidos os dilemas e as contradições dos agrocombustíveis e só os camponeses tem em suas mãos e em sua experiência histórica a capacidade e a possibilidade de resolver as novas contradições que se colocarão para o Brasil e para a humanidade na era do aquecimento do global e no crepúsculo de petróleo.

Abril de 2007

Homenagem a Marcelo Guimarães

Mario Drumond*

Há uns cinco ou seis anos, quando a bandeira da biomassa ainda era exclusiva da resistência, Marcello Guimarães organizou um evento na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte sobre o assunto. Ali, numa das mais destacadas intervenções, o sociólogo e jornalista Gilberto Felisberto Vasconcellos, que havia acabado de lançar um livro sobre o trabalho de Marcello (*A Salvação da Lavoura*, Casa Amarela, 2002), fez um discurso no qual dizia que o seu “maior sonho era ver Marcello como governador de Minas”. Me lembro que uma parte da pequena audiência que compareceu ao evento era de tucanos espiões, e, no momento em que Gilberto disse isto, eles se entreolharam como a dizerem: “Este paulista é louco”. Porém, duvido que os anais da Câmara de Vereadores de BH conservem em seus arquivos um pronunciamento mais lúcido, mais sensato e mais apegado aos interesses de Minas do que o do nosso querido “paulista”, que considero um dos melhores mineiros que conheço e que de louco não tem nada.

Marcello não governou Minas, mas governou 300 hectares de terras bem aqui perto, no município de Mateus Leme, e Gilberto, que conhece bem o pedaço, sabia do que estava falando. “Minas tem vocação rural”, diz ele, “o mineiro é antes de tudo um roceiro, e um bom mineiro será sempre um roceiro dos bons”. Como diria outro ligado nas coisas de Minas, o músico e compositor Guilherme Vaz, o mineiro “cisma com o mato”.

* - Mario Drumond: Jornalista e cineasta defensor da Biomassa transformadora.

Marcello adquiriu aqueles 300 hectares nos anos 70 como terra arrasada por monocultivos predadores sabendo que seriam necessários os 30 anos que se passaram para ressuscitá-la e transformá-la no paraíso ecológico e produtivo em que se tornou. Metade, reservou para o crescimento monitorado de uma floresta que hoje a fazenda ostenta, soberba, como se lá sempre estivera; na outra parte, ele desenvolvia e punha em prática os projetos e invenções de sua Escola da Biomassa. “Todos os problemas do Brasil” – disse-me Marcello – “podem ser resolvidos pela terra, esta mesma em que estamos pisando”. Todos? – duvidei. “Sim, todos” – retrucou – “não só os econômicos, mas também os sociais, a criminalidade, o desemprego, os políticos e até os culturais”.

Marcello era um cientista que via a natureza como uma rede onde tudo é interligado, e a interação entre os elementos, um processo contínuo de transformações. Se o ser humano a conhecer bem e de perto, saberá tirar proveito dela para todas as suas necessidades, sem prejuízo e até em contribuição ao processo vital que a faz crescer e florescer. O curso das águas, os plantios certos nos locais certos e nos tempos certos, os cortes, as podas e as colheitas racionais, o papel dos animais e do gado, o aproveitamento das sobras e resíduos para os adubos, enfim, nada se perde, tudo é vida que vira alimento de outra vida, e assim por diante a natureza provê e satisfaz continuamente a todas elas, era como ele entendia, poeticamente, os tais “recursos renováveis”. Era um intelectual que, aos 70 anos de idade, ainda escrevia boa parte de suas teses no sulcar da terra com a enxada pelas próprias (e calosas) mãos.

Em seu livro, Gilberto anota as notáveis semelhanças do trabalho de Marcello com a sabedoria oriental, em particular a chinesa revolucionária dos tempos de Mao Tsé Tung. A microdestilaria de álcool, pérola entre as inúmeras invenções de Marcello para a economia rural brasileira, estandarte da sua Escola da Biomassa e motor do ciclo de energia com que ele trazia “os trabalhos e os

dias” da época de Hesíodo para o século 21, Gilberto a consagra como um invento “mais importante do que a máquina a vapor”. Ela viabiliza e torna independente a pequena propriedade rural e a agricultura familiar nos solos férteis de toda a América Latina a partir de um ciclo agro-produtivo que interligava a produção do açúcar e álcool ao leite.

A obra dele, pela força de criação e conteúdo revolucionário, tem despertado o interesse de movimentos sociais nacionais e internacionais, e sua fazenda tem sido visitada por gente do mundo todo. Em muitas partes do país, e mesmo no exterior, seus projetos foram copiados em colaboração desinteressada com o próprio inventor, que jamais recebeu incentivo material ou institucional por parte dos canais (in)competentes que teriam a obrigação de estimular e promover iniciativas como a dele.

Este gazeteiro fez duas reportagens (Guilherme Vaz as chama de “compartilhamentos”) na fazenda de Marcello. A primeira registrou o início das operações da microdestilaria e foi publicada na revista Caros Amigos em março de 2003, com grande repercussão. A segunda, quatro anos depois, registrou o vitorioso progresso e a confirmação de ousadas experiências ali levadas a cabo (inclusive, de enxada) e que se mostraram demolidoras de vários dogmas, mitos e tabus acadêmicos. Foi revisada pelo próprio Marcello, mas permanece inédita. Estávamos combinando as fotografias – que acompanhariam os trabalhos de Marcello ao longo de todo um dia produtivo – quando a sua até então invicta saúde física tomou a rasteira do destino que o levou à via crucis por hospitais e cirurgias até o seu falecimento na madrugada de sexta-feira passada, 15 de agosto.

Que a sua passagem desperte enfim as autoridades locais, municipais, estaduais e federais do incurioso descaso que a obra de Marcello mereceu delas durante toda a sua vida, e que se promova a continuidade do vitorioso legado que ele nos deixa em

sua fazenda, na Escola da Biomassa e nos escritos, anotações e publicações de sua autoria.

Marcello Guimarães, mineiro de Dores do Indaiá, era católico praticante, e, disseram-me, era Filho de Maria. Se é verdade, foi no dia em que os católicos comemoram o dia da Assunção daquela que, segundo o seu credo, é a mãe de todos nós, que ele foi levado para junto dela. No meu credo, ele é uma nova estrela que hoje brilha forte nos céus límpidos de agosto, em Minas Gerais, e lá permanecerá brilhando a eternidade toda.

“Ora, direis, ouvir estrelas...”

Sim, digo eu, à inspiração de Vieira: ouvi-las sempre, e nunca olvidá-las.

Agosto de 2005